

RELATÓRIO DE GESTÃO





III. RELATÓRIO DE GESTÃO

a) descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, em nível de grupo de natureza e elemento da despesa, evidenciando com indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade, a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos;

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA

A ação 1050 - Expansão da Defensoria Pública no Estado

Foi criada com objetivo de expandir a Defensoria Pública para unidades jurisdicionais desprovidas de Defensores Públicos no Estado, dando maior transparência à execução.

QUADRO 1								
Execução da Ação - 1050								
Expansão da Defensoria Pública no Estado								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor de R\$1.000,00 (mil reais), foi alocado na ação como abertura, não ocorrendo aporte de recursos, o que impossibilitou a implantação e estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública.



Ação 1099 - Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública

Foi criada com a finalidade de atendimento ao público, tendo em vista o atendimento considerado prioritário por sua vulnerabilidade social.

QUADRO 2								
Execução da Ação - 1099								
Ação Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O valor do crédito autorizado de R\$1.000,00 (mil reais) foi alocado como abertura da ação. Não houve aporte de recurso, portanto não houve execução orçamentária e física.

Ação 4033 - Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Tem o objetivo de garantir a infraestrutura física apropriadas às atividades administrativas de atendimento, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para a formação de ambientes que proporcionem a eficiência e a qualidade operacional dos serviços prestados pela Defensoria Pública esperados pela sociedade.

QUADRO 3								
Execução da Ação – 4033								
Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



O valor do crédito autorizado de R\$1.000,00 (mil reais) foi alocado como abertura da ação. Não houve aporte de recurso, portanto não houve execução orçamentária nem física.

Ação 4150 - Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa.

Tem como objetivo a orientação, assistência jurídica, extrajudicial integral e gratuita aos cidadãos necessitados do Estado de Minas Gerais e que a cada dia cresce a demanda da sociedade. Abaixo quadro demonstrativo da execução no ano de 2022.



QUADRO 4								
Execução da Ação 4150								
Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
	Grupo de Despesa		Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
						(A)	(B)	
Ação	3	Grupo Despesa Descrição	14	10	1	93.494.000,00	511.017,32	93,16
	3		30	10	1		2.121.973,63	
	3		33	10	1		259.423,10	
	3		35	10	1		376.912,50	
	3		36	10	1		18.384.360,23	
	3		37	10	1		36.921.195,88	
	3		39	10	1		19.637.276,91	
	3		40	10	1		8.670.762,89	
	3		47	10	1		119.059,13	
	3		92	10	1		34.879,12	
	3		93	10	1		63.276,20	
							87.100.136,91	
	3	Recursos Diretamente Arrecadados		60	1	980.000,00	0	0
	4	Investimentos	40	10	1	9.740.000,00	1.358.472,06	99,95
	4		52	10	1		8.376.714,82	
							9.735.186,88	
Total						R\$104.214.000,00	R\$96.835.323,79	92,92

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



QUADRO 5				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4150				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	2.220.900	0	3.353.954	151,02
Orçamentário	104.214.000,00	104.214.000,00	96.835.323,79	92,92

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

O total de 2.220.900 prestações jurídicas para o exercício de 2022 foi estimado considerando a média realizada nos últimos anos. Foram realizadas 3.353.954 prestações jurídicas. O percentual de realização foi de 151,02%, superando a meta estimada. A meta física foi superada em virtude, principalmente, do fortalecimento da cooperação na instituição. Por meio desse instrumento, Defensores Público atuam no atendimento de assistidos de comarcas diversa de sua lotação original ou mesmo em localidades que não possuem unidade de Defensoria Pública. Potencializando, portanto, o cumprimento da missão institucional.

Ação 4193 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

Tem por finalidade proporcionar a remuneração de pessoal ativo da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais. O quadro abaixo exemplifica o resultado em 2022:

QUADRO 6								
Execução da Ação 4193								
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
4193	1	Pessoal e Encargos sociais	7	10	1	498.135.058,00	2.949.698,34	99,79
	1		11	10	1		341.379.985,13	
	1		13	10	1		83.494.990,05	
	1		92	10	1		11.328.288,33	
	1		93	10	1		205.319,40	
	1		94	10	1		57.733.889,81	
						498.135.058,00	497.092.171,06	93,46
	3	Outras Despesas Correntes	46	10	7	17.100.000,00	15.976.036,31	
	3		49	10	7		5.420,60	
			93	10	7		770,79	
						17.100.000,00	15.982.227,70	



**PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022**

Total						515.235.058,00	513.074.398,76	99,58
--------------	--	--	--	--	--	-----------------------	-----------------------	--------------

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG

QUADRO 7				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 4193				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	801	0	827	103,25
Orçamentário	515.235.058,00	515.235.058,00	513.074.398,76	99,58

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

*Conforme metodologia do SIGPLAN, 827 refere-se ao mês de maior execução física da ação 4193.

Foi estimado o total de 801 defensores públicos e servidores para o exercício, enquanto o realizado foi 827. A diferença ocorreu em razão de nomeações em cargos efetivos e recrutamento amplo em 2022, em substituição a cargos já ocupados no ano anterior. Destacamos que houve o ingresso de 42 novos Defensores Públicos, oriundos do concurso público ocorrido em 2019 e 13 servidores, para repor as aposentadorias, exonerações e falecimentos, ocorridas ao longo dos últimos anos.

Ação 2068 - Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

Em 2017 ocorreu a criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP, com o objetivo de capacitar defensores públicos, servidores e cidadãos, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em solução pacífica de conflitos, gestão pública e qualidade do atendimento, com a estimativa de 10.000 capacitações no ano de 2022. Em conformidade com o quadro a seguir:

QUADRO 8								
Execução da Ação 2068								
Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado (A)	Despesa Realizada (B)	B/C %
2068	3	Outras Despesas Correntes	14	10	1	400.000,00	66.002,41	100,0
	3		30	10	1		1.323,30	
	3		33	10	1		78.163,20	
	3		36	10	1		12.507,20	
	3		39	10	1		242.003,89	
Total						400.000,00	400.000,00	100,0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG



QUADRO 9				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 2068				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	10.000	0	16.975	169,75
Orçamentário	400.000,00	400.000,00	400.000,00	100,0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

A meta física estimada de 10.000 realizações de cursos para o exercício, atingiu um total de 16.975 participantes. Com a realização de vários cursos/palestras que ocorreram por meio online, foi possível um maior número de participantes. O que ocasionou superação da meta física estimada.

PROGRAMA 705 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Ação 7006 - Proventos de Inativos e Pensionistas

A ação tem como objetivo atender o pagamento das despesas com proventos de inativos civis e pensionistas. Conforme demonstrado quadro abaixo:

QUADRO 10								
Execução da Ação 7006								
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas								
Crédito Autorizado X Despesa Realizada								
Ação	Grupo de Despesa	Grupo Despesa Descrição	Elemento da Despesa	Fonte	Procedência	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	B/C %
7006	1	Pessoal e Encargos sociais	1	42	5	131.000.000,00	69.427.802,88	96,21
			1	43	5		49.569.944,00	
	1		1	58	5		6.135.246,91	
	1		13	58	5		376.899,65	
	1		92	42	5		185.811,17	
	1		92	58	5		340.205,86	
Total						131.000.000,00	126.035.910,47	96,21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN); Armazém de Informações - BO SIAFI MG

QUADRO 11				
ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA - 7006				
	Previsão LOA	Crédito Autorizado	Realizado Jan/Dez	(%)
Físico	394	0	395	100,25
Orçamentário	131.000.000,00	131.000.000,00	126.035.910,47	96,21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).



A meta física estimada para o exercício foi de 394, enquanto a realizada foi de 395, o total realizado foi superior ao estimado em razão de uma demanda maior de aposentadorias.

Ação 7004 - Precatórios e Sentenças Judiciárias

O valor de R\$1.000,00 (mil reais) foi como abertura e não ocorreu nenhuma execução, tendo em vista a inexistência de Precatório/Sentenças Judiciais no exercício de 2022.

QUADRO 12								
Execução da Ação - 7004								
Precatórios e Sentenças judiciárias								
Crédito Autorizado	Físico				Orçamentário			
	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise B %	Programado LOA (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A (%)	Análise (B) %
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0
1.000,00	1	0	0	0	1.000,00	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

b) descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas;

PROGRAMA 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Expansão da Defensoria Pública no Estado

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, desde 2015, projetou a expansão da Instituição, em atendimento aos ditames da EC nº 80/2014. Em 2022 não foi possível a implantação de novas unidades em virtude de falta de recursos orçamentários/financeiro, bem como defensores públicos para atuarem em novas comarcas. Houve ingresso de defensores em 2022 apenas para reposição do quadro.



Ação Implantação e Estruturação de Defensorias Especializadas e Núcleos da Defensoria Pública

A implantação de núcleos especializados de assistência jurídica, a Defensoria Pública vem envidando esforços para o incremento de recursos orçamentário. Em 2022 foi solicitada nova suplementação orçamentária do Convênio nº 902255/20, firmado entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com o Ministério de Justiça e Segurança Pública, todavia não ocorreu a publicação do Decreto em tempo hábil para a execução do referido Convênio.

Ação Construção e Reforma de Unidades da Defensoria Pública

Grande parte das sedes da Defensoria Pública, no interior e capital, são locadas. A instituição não possui em seu orçamento verba destinada para a aquisição de terrenos e construção de sedes.

Note-se que apesar de já ter recebido terrenos em doação de municípios, as tentativas de incremento orçamentário, junto ao Governo Estadual e Federal, e Parlamento Estadual e Federal, até o momento, foram infrutíferas para implementar construções.

Ação Operacionalização das Atribuições da Defensoria Pública e Direção Administrativa

A Defensoria Pública tem como finalidade precípua a prestação de assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão mineiro hipossuficiente. Para majorar o número de prestações jurídicas pela instituição são fundamentais investimento em recursos humanos, tanto defensores públicos, como servidores, estagiários e funcionários terceirizados.

Hoje o quadro se mostra insuficiente para a crescente demanda de atendimentos. A questão de ingresso de novos defensores já foi tratada no tópico expansão da Defensoria Pública no Estado.

Com relação a estruturação de quadro próprio de servidores, foi aprovada a Lei n. 22.790/17, com a criação de cargos de apoio técnico-administrativo para a Defensoria Pública, o que permitirá a melhoria quantitativa e qualitativa dos



trabalhos de prestação de assistência jurídica pela instituição, quando ocorrer a autorização para realização de concurso público.

Em 2022 houve o ingresso de 42 Defensores Públicos para recompor o quadro em virtude das aposentadorias e desligamentos ocorridas nos últimos anos. Ocorreu também no exercício o incremento de contratação de estagiários, tanto de graduação e pós-graduação, possibilitando suporte tanto para os Defensores como para outros setores da Instituição.

Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais

A ação tem por objetivo viabilizar a remuneração de pessoal ativo da defensoria pública do estado de MG e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais.

No ano de 2022 a meta física teve um aumento de 3,25%, em razão de nomeações em cargos efetivos e recrutamento amplo, objetivando a reposição do quadro, em virtude de aposentadorias, falecimentos e exonerações.

Capacitação de Membros, Servidores e Cidadãos por meio da Escola Superior da Defensoria Pública

A criação da Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP possibilitou a realização de diversas palestras, cursos e seminários tanto para o público interno, quanto para o público externo. Possibilitou também qualificar e capacitar diversos defensores/servidores bem como cidadãos da sociedade civil. A criação da ESDEP foi um marco importante na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, assim como nos anos anteriores, continuou investindo na capacitação, sobretudo com utilização ferramentas de ensino e exposição a distância que possibilitou o amplo acesso e, por consequência, pontencializou os resultados.



c) informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso;

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não foi contemplada na carteira de projetos estruturadores, no exercício de 2022, conforme Lei Orçamentária Anual – LOA nº 24.013 de 30 de novembro 2021.

d) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor - conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão; e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria -, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não possui convênio realizado com Terceiro Setor no exercício de 2022.

e) demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável;



Entendendo-se por financiamento nacional e internacional, a operação de créditos oriundos de agências financeiras, cumpre-nos informar sua inexistência no exercício de 2022.

f) outras informações consideradas relevantes pelo Órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

O ano de 2022 representou o último ano de execução do I Planejamento Estratégico da DPMG, que abarcou os anos de 2018 a 2022. Dos 30 projetos estratégicos previstos, 29 foram executados (taxa de execução de 97,33%), sendo que 9 deles em 2022. Abaixo seguem os principais resultados de 2022:

• **Novo SIGED /GERAIS:**

Tal projeto partiu da constatação de que o Sistema de Gerenciamento da Defensoria Pública – Siged era extremamente frágil e não atendia plenamente às necessidades das usuárias e usuários do serviço e tampouco da Instituição, tratando-se de ferramenta ineficaz. Assim, o projeto em questão consistiu na concepção, arquitetura e desenvolvimento de um novo sistema – ao qual se denominou GERAIS - que atendesse às necessidades da Instituição e usuários e que fornecesse uma base de dados confiável e segura à gestão.

No ano de 2022 marcou a conclusão da última e mais importante etapa do desenvolvimento desse sistema que foi a entrada em produção do Módulo de Atendimento. Em 10 de Junho de 2022, o antigo Siged foi desativado dando lugar a essa nova aplicação, a qual permite o cadastro dos assistidos e os registros dos atendimentos presencial e virtual, tudo em uma plataforma já preparada a ser disponibilizada também via App.



• **Implantação do SEI:**

Este projeto tinha por finalidade a implantação e a difusão do uso do SEI na DPMG com o objetivo de otimizar a gestão documental e a redução de gastos com papel e impressão de documentos.

Em abril de 2021 a Defensoria Pública recebeu o SEI do TRF-4 e a Superintendência de Tecnologia da Informação deu início ao processo de adequação da ferramenta às necessidades da Instituição para viabilizar sua implementação. Em paralelo, deu-se a identificação dos processos de trabalho e documentos para que fossem cadastrados no sistema.

Em março de 2022 toda essa parte preparatória foi concluída e o sistema disponibilizado para uso. Após o ciclo de testes e treinamentos, foi publicada a Resolução que determinou obrigatória a utilização do SEI para todos os órgãos da DPMG a partir de 17 de outubro de 2022.

Atualmente o sistema conta com 1251 usuários cadastrados que já executaram 8.116 processos no SEI, conforme dados de 27 de março de 2023.

• **Protocolo de atuação do defensor nas comarcas:**

Este projeto tinha como objetivo a criação de piloto de protocolo de atuação dos defensores públicos com a finalidade de padronizar a ação institucional e guiá-los na implementação das estratégias e melhores práticas institucionais em determinados temas.

O tema escolhido para este primeiro protocolo foi o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero em face do aumento crescente desse tipo de ocorrências nos anos que se antecederam. Para tanto, foi instituído grupo de trabalho para a construção desse protocolo sendo os resultados dos trabalhos apresentados à gestão em 07 de dezembro de 2021.

Após validação e ajustes tal protocolo foi definitivamente concluído e institucionalizado em 09 de abril de 2022, por meio de Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 12.



• **Ouvidoria institucional:**

A Lei Complementar n.65/2003 prevê a existência de uma Ouvidoria na estrutura da Defensoria, órgão responsável pela oitiva das demandas, críticas, sugestões e considerações apresentadas tanto pela sociedade e órgãos externos, quanto pelo corpo técnico da instituição. Entretanto, a efetiva implementação deste órgão carecia da criação do cargo de Ouvidor-Geral, o que só se daria por meio de projeto de lei, fato que sempre impediu a implantação dessa estrutura.

Em 2022 foi dado o mais importante passo, pois em 29 de dezembro de 2022 foi publicada a Lei 24.262, cujo art. 5º inseriu na Lei 22.790/2017 o artigo 21-b que regulamentou a criação do cargo que permitirá a efetivação deste importante órgão na DPMG.

• **Pesquisa de satisfação do assistido:**

O projeto em questão sugeria a criação do instrumento de coleta de dados e a realização de pesquisas de satisfação semestrais. Tal instrumento foi viabilizado e entregue em Julho de 2021 e consistiu em um formulário eletrônico disponibilizado no site institucional (www.defensoria.mg.def.br). Desde então essa pesquisa vem sendo realizada e os dados coletados e consolidados pela Corregedoria-Geral da DPMG.

Para o ano de 2022, a partir das apurações já realizadas, foi possível elaborar um plano de ação para equacionar as principais deficiências e insatisfações verificadas. Atualmente 81% dos respondentes se dizem satisfeitos com o serviço prestado pela Defensoria e destacam a Pontualidade (90%) e Limpeza (92%) das instalações com pontos mais bem avaliados. A duração do atendimento, por outro lado, com índice de 77,6% de satisfação, surge com o ponto a ser aprimorado.

• **Mapeamento dos processos críticos de negócio:**

Este projeto previa a identificação, mapeamento e redesenho dos fluxos de trabalho da DPMG e foi sendo executado ao longo do Planejamento Estratégico. Até o fim de 2022 o projeto pretendeu percorrer toda a área meio da instituição, o que de fato ocorreu.



Todos os fluxos foram disponibilizados na Intranet da instituição totalizando 303 fluxos de trabalho identificados e mapeados nas 25 unidades administrativas trabalhadas.

Com relação às prestações jurídicas, em 2022, foram realizadas 3.353.954 aos cidadãos mineiros nas 109 Comarcas providas no estado.

A Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP, contou com a realização de 77 eventos, tanto virtual, quanto presencial, dentre eles, cursos de aperfeiçoamento, treinamentos, palestras, reuniões e seminários. Totalizando 16.975 participantes destas capacitações, sendo defensores, servidores, terceirizados e outros. Abaixo alguns eventos oferecidos:

- Curso de Orientação, aperfeiçoamento e preparação para as atividades do cargo das Defensoras e Defensores Públicos em Estágio Probatório;
- Treinamento Gerenciamento de Riscos – CGEMG;
- Onde estão as mulheres? Um retrato das desigualdades de gênero;
- Violência Obstétrica;
- Treinamento Planejamento Estratégico;
- Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia: Uma perspectiva da Defensoria Pública;
- Palestra: O que significa atuar na Defensoria Pública com a perspectiva de gênero e raça/etnia: onde estamos e para onde devemos caminhar;
- Lançamento do Projeto “Por uma Defensoria Antirracista” e da cartilha idealizada pela Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero de Diversidade Sexual;
- Nenhum direito a menos – combate integral às violações de direitos da população LGBTQIA+;
- Protagonismo e felicidade - A mudança que você faz no mundo;
- 4º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial;
- Palestra Mindfulness - Meditação e Autoconsciência no Sistema Carcerário



- Capacitação para Defensoras Públicas e Defensores Públicos credenciados para atuar na defesa dos agentes de segurança em procedimentos extrajudiciais - ACT 08/2022 – Módulo I;
- Curso “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: perspectivas, desafios e oportunidades – Lei 14.133/21”;
- Seminário Defensor da Criança – 32 anos Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Dia Internacional da Mulher Negra;
- “XVI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça” – CONBRASCOM;
- Seminário Saúde - Segundo Seminário Itinerante das Turmas IX e X do Curso de Especialização em Direito Sanitário da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais: A Efetivação do Direito à Saúde no Brasil: perspectivas de atuação conjunta em questões estruturais;
- VII Congresso Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos da Infância e Juventude - II Encontro Multidisciplinar da Defensoria Pública.

A especializada em Saúde Pública da Comarca de Belo Horizonte, no ano de 2022, atuou em prol do alcance do atendimento das demandas de saúde pública manifestadas pelos assistidos da DPMG, em face do Sistema Único de Saúde, precipuamente, dirigindo suas atividades no sentido da busca de soluções extrajudiciais para tais demandas, assim agindo, com fulcro no fato de serem tais soluções as mais equânimes e capazes de proporcionar, com agilidade e eficiência, os resultados pretendidos, além de reduzir a necessidade de judicialização das pretensões existentes em tal área.

Essas ações também são fruto do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a DPMG, o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte e a Secretaria Estadual de Saúde, com a finalidade, inclusive, de que em todo o Estado, os Defensores Públicos e representantes da SES atuem conjuntamente, na busca crescente de soluções administrativas para as demandas de saúde pública.



- Destacamos a média de 90 atendimentos por semana prestado por servidores da Secretaria Municipal de Belo Horizonte.
- Cerca de 25% dos casos que normalmente seriam ajuizados, foram resolvidos administrativamente, de forma total ou parcial;
- Início dos trabalhos conjuntos entre a DPMG e a Rede Fhemig, através dos relevantes serviços prestados pelo Instituto Raul Soares e sua equipe;
- Fornecimento administrativo ao medicamento (Avastin ou análogo) a portadores de DMRI (Degeneração Macular Relacionada à idade) e o fornecimento de fraldas geriátricas, fornecidas de forma administrativas para municípios de Belo Horizonte;
- Participação nas reuniões periódicas do Comitê Estadual de Saúde, órgão vinculado ao CNJ;
- Encaminhamento de proposta para efetivação de políticas públicas para fornecimento administrativo de medicamentos ainda não incorporados pelo Ministério da Saúde, em que pese a comprovada existência de adequação técnica;
- Participação das reuniões da Comissão de Saúde do CONDEGE;
- Participações em diversas outras reuniões e atividades ligadas à gestão da saúde pública no Estado de Minas Gerais.

Fortalecendo sua missão na atuação extrajudicial, apresentamos abaixo outras ações desenvolvidas pela Defensoria Pública de Minas Gerais:

- **Mutirão “Direito a Ter Pai”** – Promover a regularização dos registros de nascimento das crianças/adolescentes/adultos sem pai ou mãe declarado, mediante tentativas de acordo para fins de reconhecimento. O projeto aconteceu em 07/10/2022, com participação de 62 unidades da DPMG.



Resultados

301 Exames de DNA

127 Reconhecimentos
espontâneos



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **I Mutirão das Famílias Estadual** – Com o objetivo de promover a conciliação familiar, nas demandas que envolvem alimentos, divórcio, guarda, entre outros, no período de 01/02/2022 a 31/03/2022.



Resultados

42	Unidades participantes
2311	Sessões de Conciliação
1519	Acordos realizados
892	Divórcios realizados
790	Pedidos de Alimentos, Guarda e Visitas

CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Casamento Comunitário** - Promovendo a inclusão social e resgatando a autoestima com fortalecimento dos vínculos matrimoniais, 293 pessoas atendidas no período de março a novembro de 2022. Nas unidades de Belo Horizonte, Ipatinga, Francisco Sá, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Jaboticatubas e Cataguases;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias



- **Casamento Igualitário** - Na unidade de Belo Horizonte, foram atendidas 51 pessoas aproximadamente de agosto a novembro de 2022, o Casamento Igualitário LGBTQIA+ visa garantir ao cidadão vulnerável e sem condições financeiras, de regularizar sua situação civil por meio do casamento;



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Mindfulness na APAC / Sistema Prisional** - A unidade de Governador Valadares de fevereiro a maio de 2022, com o objetivo de aprimorar práticas restaurativas e auxiliar no aprendizado de pensamento analítico, por meio de curso de meditação guiada, leituras sobre a prática social, sendo assim, considerada como tempo de pena para remição.



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Oportunidade** - Com o objetivo de contribuir para a qualificação de mulheres assistidas pela Defensoria Pública de Minas Gerais, a unidade de Belo Horizonte, por meio de cursos em segmentos diversos, de forma gratuita, com a finalidade de desenvolver habilidades e garantir-lhes a inclusão no mercado de trabalho. No período de novembro/2022 a janeiro/2023, foram efetivadas 134 inscrições.

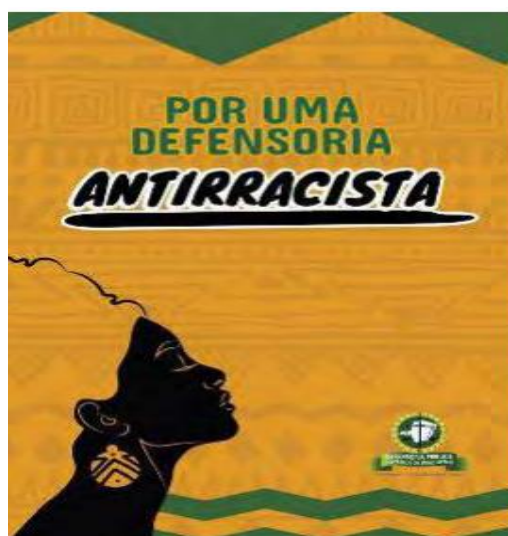


CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Por uma Defensoria Antirracista** - Com a finalidade de capacitar os membros da Defensoria Pública, servidores (as), estagiários (as), jovens aprendizes, voluntários (as) e assistidos (as), para o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional contribuindo para a equidade racial. Apresentar à sociedade uma resposta da Defensoria Pública ao racismo,



cumprindo o papel que lhe é destinado como vetaora constitucional de uma conscientização e atuação antidiscriminatória.



CONTEÚDO	
Apresentação	1
Racismo:	3
- Raça e cor	3
- E o racismo, o que é?	4
- Racismo Institucional	5
- Racismo Estrutural	6
- Racismo Neoliberal	6
Expressões e falas racistas	7
- Expressões racistas - substituição	9
Crimes raciais	10
- Crimes de racismo	10
- Crime de injúria racial	12
Saiba o que você deve fazer nos casos em que sofrer um crime racial	13
Atuação da DPMG para combater o racismo	15
Atuação da Defensoria Pública em questões étnico-raciais	16
Representatividade	17
Apoio	19
Colaboradores Bibliografia	20

CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Atendimentos Itinerantes** - O objetivo é possibilitar que as pessoas em situação de vulnerabilidade e hipossuficiência tenham acesso à orientação jurídica especializada e gratuita.



Resultados no ano de 2022:



657 Pessoas atendidas

52	Montes Claros
10	Itatiaiuçu
33	Morro do Papagaio
15	Comunidade da Serra
27	Dia de Ação Social – Mercês Cidadania em Ibirité
360	Penitenciária de Bicas
74	Vila Cemig e Vila Pinho
65	Centro de Memória da Colônia Santa Isabel
07	Prevenção e Atendimento das Mulheres em Situação de Violência
14	XIII Semana de Direitos Humanos de Minas Gerais

CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

- **Reparação Brumadinho** - Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise no ano de 2022. Acompanhamento da construção das medidas previstas no acordo judicial junto às pessoas atingidas por meio de desenvolvimento de metodologias participativas, tais como diagnósticos rápidos participativos, assembleias, reuniões temáticas. Continuidade de acompanhamento judicial do caso rio Paraopeba (Brumadinho), Atendimento comunitário nos territórios da bacia do rio Paraopeba, dentre outros.



CooProC - Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias



Em prol da defesa dos direitos das mulheres em situação de violência – (Nudem), no ano de 2022, destacam-se algumas atividades:

- Realizada em conjunto com a Rede de Enfrentamento, a atividade comemora os 16 anos da Lei Maria da Pena e integra as ações do Agosto Lilás.



- A defensora pública compôs a tenda Justiça e Democracia, realizando atendimento e orientação jurídica, distribuindo cartilhas do Nudem-BH e divulgando o trabalho da Defensoria na defesa das mulheres em situação de violência.



Defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira atendeu na Tenda Justiça e Democracia

- No dia 24 de novembro, a equipe do Nudem de Uberlândia participou de atendimento realizado no bairro Canaã. A iniciativa foi promovida pelas instituições que compõem a Rede de Blitz de Conscientização contra a Violência de Gênero e Orientação Jurídica, pelos 21 Dias de Ativismo contra Violência de Gênero.



Equipe do Nudem Uberlândia acompanhada por representantes de outros órgãos da Rede



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022

g) demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.

Apresentamos as informações referentes a composição dos recursos ocorridos em 2022 desta Defensoria, de acordo com o demonstrativo anexo (Quadro I) a seguir.

QUADRO I

ÓRGÃO: 1441 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DPMG

EXERCÍCIO: 2022

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPO DE DESPESA								
FONTE	PROCEDÊNCIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
10	1	498.135.058,00	0,00	93.897.000,00	9.740.000,00	0,00	0,00	601.772.058,00
10	7	0,00	0,00	17.100.000,00	0,00	0,00	0,00	17.100.000,00
10	9	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
42	5	69.616.834,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.616.834,00
43	5	49.569.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.569.944,00
58	5	11.813.222,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.813.222,00
60	1	0,00	0,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00
TOTAL		629.136.058,00	0,00	111.977.000,00	9.740.000,00	0,00	0,00	750.853.058,00
Fonte: Relatórios SIAFI/RFAE 654; e 657, dez/2022.								
* Para os Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, consideram-se recursos recebidos para fins deste anexo, as receitas diretamente arrecadadas, as vinculadas e os duodécimos efetivamente repassados no exercício, destinadas a realização das despesas orçamentárias.								
(1) No exercício de 2022 não houve adição de Crédito Adicional.								
(2) No exercício de 2022 não houve abertura de Crédito para a receita de Alienações de Bens decorrentes de leilões (F/P 47.1), ainda que tenha ocorrido arrecadações no total de R\$ 16.800,00, restando como saldo financeiro do exercício.								
ESPECIFICAR A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRANSFERIDORA NO CASO DA PROCEDÊNCIA:								
1 - Recursos Ordinários para livre utilização - F/P 10.1. 8 - Recursos Diretamente Arrecadados com vinculação específica - 61.1								
2 - Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento - F/P 10.7 9 - Precatórios e sentenças judiciais - F/P 10.9								
3 - Recursos recebidos para Benefícios Previstos no Art. 39 da LC 64/2002 - F/P 58-5.								
4 - Recursos recebidos para benefícios previstos no Art. 38 da LC 64/2002 - F/P 42.5 (Patronal) e 43.5 (Servidor) para o FUNFIP								
5 - Recursos recebidos de Instituição Privada (Banco do Brasil S/A) - F/P 45.1								
6 - Recursos recebidos de Alienação de Bens Móveis - F/P 47.1								
7 - Recursos Diretamente Arrecadados - F/P 60.1								
Belo Horizonte, 23 de março de 2023.								
LOCAL E DATA:								
Itamar Lellis Magalhães:3741683 Assinatura de Itamar Lellis Magalhães em 2023.03.23 14:57:07				DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE DEFESA CIVIL				
ITAMAR LELLIS MAGALHÃES - CRCMG N.º 74.705				RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS - MADEP: 0472				
Contador				Defensora Público-Geral				



h) demonstração do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal, incluindo, se houver, a contratação de pessoal apropriada como Outras Despesas de Pessoal e descrevendo as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, quando ultrapassados os limites da despesa de pessoal definidos para o órgão;

- Informamos que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem cumprido rigorosamente as publicações dos demonstrativos atinentes à alínea no exercício de 2022, a partir da exigência legal e orientação do Executivo Estadual.
- Base legal: Artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; portarias STN nº 553/2014 e nº 642/2019.
- Consulta do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi de 11/05/2015:

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, assegurou à Defensoria Pública Estadual autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO; e a EC nº 74/2013 conferiu autonomia orçamentário-financeira à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal. Em que pese as defensorias públicas não possuírem limites expressos na LRF, visto que sua inclusão como órgão de autonomia orçamentário-financeira ocorreu após a edição da LRF, o órgão deverá preencher os demonstrativos do RGF, tendo em vista a determinação contida no Acórdão nº 2153/2014 –TCU –Plenário. Os demonstrativos a serem preenchidos são o da despesa com pessoal e da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, conforme modelo apresentado neste manual, não preenchendo, entretanto, os campos relativos aos limites. Por oportuno, vale ressaltar que, para fins de limites da LRF, os dados relativos às defensorias públicas deverão estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo.

Atenciosamente,

Administrador Siconfi

- Em anexo, cópia (imagem) do Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2022, publicado no “Diário Oficial Eletrônico da DPMG” de 29/01/2022.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Art. 54 e 55 - Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000

Em cumprimento ao que dispõem os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, publicada no DOU em 05/05/2000, e a portaria da STN nº 924, de 08 de julho de 2021, que aprova a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

DATA BASE: 31 de Dezembro de 2022

PERÍODO: 01/01/2022 a 31/12/2022

RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade
Itamar Lellis Magalhães – CRCMG 074.705
Marcelo Montai de Souza – CRCMG 118.568

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
3º Quadrimestre: Janeiro/2022 a Dezembro/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL ^(a)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ^(b)
	LIQUIDADAS													
	Janeiro/22	Fevereiro/22	Março/22	Abril/22	Maio/22	Junho/22	Julho/22	Agosto/22	Setembro/22	Outubro/22	Novembro/22	Dezembro/22	TOTAL	
													(ÚLTIMOS	
													12 MESES)	
(a)	(b)													
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ⁽¹⁾	34.897.997,21	37.654.330,23	38.341.752,94	70.616.787,38	44.138.565,34	49.783.595,97	63.436.014,15	49.532.518,83	48.576.961,63	48.748.471,01	53.586.446,96	83.142.358,73	622.455.800,38	0,00
Pessoal Ativo	26.718.016,03	29.501.632,43	30.219.357,00	56.704.341,73	34.506.199,23	40.135.965,58	48.978.460,55	39.881.842,47	38.846.471,21	39.037.897,98	43.893.606,25	68.372.999,10	496.796.789,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.315.773,55	24.078.384,83	24.691.667,93	46.849.560,92	27.844.965,02	33.488.521,31	42.370.457,65	33.282.766,06	32.159.156,91	32.311.006,36	37.209.203,88	55.046.018,25	410.647.482,67	0,00
Obrigações Patronais	5.402.242,48	5.423.247,60	5.527.689,07	9.854.780,81	6.661.234,21	6.647.444,27	6.608.002,90	6.599.076,41	6.687.314,30	6.726.891,62	6.684.402,37	13.326.980,85	86.149.306,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.179.981,18	8.152.697,80	8.122.395,94	13.912.445,65	9.632.366,11	9.647.630,39	14.457.553,60	9.650.676,36	9.730.490,42	9.710.573,03	9.692.840,71	14.769.359,63	125.659.010,82	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.179.981,18	8.152.697,80	8.122.395,94	13.912.445,65	9.632.366,11	9.647.630,39	14.457.553,60	9.650.676,36	9.730.490,42	9.710.573,03	9.692.840,71	14.769.359,63	125.659.010,82	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.196.930,89	11.039.548,50	11.294.882,03	21.380.655,54	11.358.700,41	17.075.899,79	18.618.354,59	17.144.423,07	15.203.383,26	15.029.348,53	20.541.452,01	21.702.363,43	188.585.942,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ^(a)	0,00	346.563,94	1.944.918,77	4.275.487,08	23.101,32	6.822.742,75	4.054.175,17	7.052.932,05	5.353.444,16	5.223.871,65	10.190.622,50	12.446.030,42	57.733.889,81	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração ^(a)	16.949,71	2.540.286,76	1.227.579,05	3.192.722,81	1.703.232,98	605.526,65	106.625,82	441.124,66	119.448,68	94.903,85	658.487,03	961.606,19	11.668.494,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.179.981,18	8.152.697,80	8.122.384,21	13.912.445,65	9.632.366,11	9.647.630,39	14.457.553,60	9.650.366,36	9.730.490,42	9.710.573,03	9.692.342,48	8.294.726,82	119.183.558,05	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.701.066,32	26.614.781,73	27.046.870,91	49.236.131,84	32.779.864,93	32.707.696,18	44.817.659,56	32.388.095,76	33.373.578,37	33.719.122,48	33.044.994,95	61.439.995,30	433.869.858,33	0,00

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC/SGPSO, emissão 27/janeiro/2023 às 15:57:20.

Notas Explicativas:

- Despesas apuradas em conformidade com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo;
- Não houve despesas registradas em Restos a Pagar Não Processados – RPNP no exercício de 2022;
- Elemento 94 refere-se a despesas de caráter indenizatório e Elemento 92 corresponde a Despesa de Exercício Anterior - DEA, tratados em consonância com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo;
- Despesas consoantes os termos da Instrução nº 01/2001 de 21/04/2001; Instrução nº 05/2001 de 19/12/2001 e a Instrução nº 01/2018 de 28/02/2018 do TCEMG;

Defensora Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves
Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães
Coordenador Financeiro: Marcelo Montai de Souza



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2022

ESTADO DE MINAS GERAIS - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2022

RGF – ANEXO 5 (LRF – Art.55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) ⁽¹⁾	79.297.028,98	1.549,30	1.150,00	2.192.190,43	0,00	77.102.139,25	17.498.301,54	0,00	59.603.837,71
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) ⁽²⁾	538.979,80	0,00	0,00	0,00	0,00	538.979,80	0,00	0,00	538.979,80
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	536.161,81	0,00	0,00	0,00	0,00	536.161,81	0,00	0,00	536.161,81
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	2.817,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.817,99	0,00	0,00	2.817,99
TOTAL (III) = (I + II)	79.836.008,78	1.549,30	1.150,00	2.192.190,43	0,00	77.641.119,05	17.498.301,54	0,00	60.142.817,51

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC, emissão 27/janeiro/2023 às 15:57:20

Notas Explicativas:

Discriminação da disponibilidade de caixa bruta:

(1) Total dos Recursos Não Vinculados:

- a) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.1.1.1.02 – Banco conta Movimento - Recursos de cotas financeiras repassada pelo Tesouro Fonte 10.1;
- b) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.1.1.1.10 – Aplicações Financeiras - Recursos Diretamente Arrecadados Fonte 60.1;
- c) Recursos Ordinários - Conta: 1.1.3.8.2.01 – Crédito Financeiro a Receber - Unidade Financeira Central - Recursos de cotas financeiras a repassar;

(2) Total dos Recursos Vinculados:

- a) Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Recursos de Alienação de Bens/Ativos são relativos à Fonte 47 (Leilões);
- b) Outros Recursos Vinculados – são referentes à Fonte 45, que correspondem a Doações do Banco do Brasil.

Defensora Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves

Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães

Coordenador Financeiro: Marcelo Montai de Souza



ESTADO DE MINAS GERAIS - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2022

RGF – ANEXO 6 (LRF – Art.48)

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal – DTP ⁽¹⁾	433.869.858,33	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	17.498.301,54	60.142.817,51

FONTE: Relatórios do Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, Unidade Responsável SPGF/DFPC, emissão 27/janeiro/2023 às 15:57:20

Notas Explicativas:

(1) Despesa apurada em conformidade com o Estado de Minas Gerais - Poder Executivo;

Defensora Pública-Geral: Dr.ª Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Responsável pelo Controle Interno: João Gabriel Melo Alves
Contador responsável: Itamar Lellis Magalhães
Coordenador Financeiro: Marcelo Montai de Souza



i) demonstração da composição do total da despesa de pessoal, discriminando os valores relativos a sentenças judiciais, a despesas de exercícios anteriores, a indenização por demissão de servidores e a incentivos à demissão voluntária;

Notas:

1. A demonstração da composição do total da despesa de pessoal está representada no **Quadro dos Gastos com Pessoal por categoria funcional** – exercício de 2022, anexo à próxima página.

2. Os valores relativos a sentenças judiciais; indenização por demissão e incentivos à demissão voluntária de servidores, não se aplicam a esta Defensoria Pública enquanto instituição autônoma, nos termos do artigo 134 da Constituição da República.

3. As Despesas de Exercícios Anteriores – DEA – relativas à folha de pessoal no exercício de 2022, alcançou o valor total pago de **R\$ 11.854.305,36**, equivalente a 34% menor que o valor pago em 2021, R\$ 17.905.619,19. Ressalta-se aqui que no valor total pago estão somados o valor de R\$ 15.998,92, relativos aos proventos, o que não estão somados ao valor informado no Quadro II. A demonstração integral se encontra discriminada no quadro a seguir e na planilha nº 2, da alínea “k” onde informam os pagamentos com Verbas de Despesa de Exercício Anterior (Elemento-item: 92 - 01/02/03) e no inciso 4 da alínea “l” que tratam das **Notas Explicativas**, desta Prestação de Contas Anual do exercício em questão.

4. Com a ressalva que, do total apurado de Folha de pessoal ativo (empenho nº 12/2022), 95% obedece ao pagamento de indenização de férias, em cumprimento à Lei Complementar nº 141/2016. Sendo que, foi 35% a menor que total empenhado em 2021.

Despesas com Pessoal - Despesa de Exercício Anterior

Exercício	Proj/Ativ.	Credor	Empº	Desp. Empenhada	Elem /item	Fte.	Proc.	Justificativa
2022	4193	Folha de Pessoal Ativo	12,15, 24	11.328.288,33	9201	10	1	*Acertos de folhas de exercícios anteriores;
2022	7006	Folha de Pessoal Inativo	22	185.811,17	9201	42	5	*Vencimentos deixados - pagos por ordem de pagamento especial, espólio;
2022	7006	Folha de Pessoal Inativo	26,28	340.205,86	9201	58	5	*Pagtos de indenizações de férias, Lei Complementar n. 141/2016 e valores atrasados de folhas;
TOTAL (R\$)				11.854.305,36				*Rendimentos recebidos acumuladamente.

Fonte: Armazém de Informações - B.O.-Prodemge, consulta "DEA - Folha Pessoal" em 24 mar 2023.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2022



QUADRO II

ÓRGÃO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2022

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL												
Código	Efetivo		Função Pública		Recrutamento Amplo		*Terceirização (§1.º, art. 18, da Lei Complementar n.101/2000)		Contratação Temporária (art. 22 da CE)		Totais	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Direção Superior	3	R\$ 2.591.102,53									3	R\$ 2.591.102,53
Assessoramento	10	R\$ 3.527.013,96			66	R\$ 6.687.339,49					76	R\$ 10.214.353,45
Chefia											0	R\$ 0,00
Técnica	727	R\$ 476.996.918,31									727	R\$ 476.996.918,31
Especializada	31	R\$ 5.297.138,39									31	R\$ 5.297.138,39
Administrativo	8	R\$ 1.175.094,15									8	R\$ 1.175.094,15
Outros (especificar)											0	R\$ 0,00
Totais	779	R\$ 489.587.267,33	0	R\$ 0,00	66	R\$ 6.687.339,49	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	845	R\$ 496.274.606,82
Inativos											408	R\$ 126.089.329,38
* PARA O PREENCHIMENTO DESTA COLUNA, CONSIDERAR TODAS AS DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS QUE SE ENQUADRAM NO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 18, DA LC 101/2000.												
ESPECIFICAR OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE:												
. SENTENÇAS JUDICIÁRIAS: Em 2022, não ocorreram valores com esse elemento item.												
. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: O total pago em 2022 com DEA de pessoal foi de R\$ 11.838.306,44.												
. INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO DE SERVIDORES: Não houve valor despendido, em 2022, a título de indenização por demissão de servidores.												
. INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA: No exercício de 2022 não houve desembolso nesta rubrica .												
Belo Horizonte, 07 / março /2023.												
LOCAL E DATA:												
Rodrigo Campos Machado:3743721 Assinado de forma digital por Rodrigo Campos Machado:3743721 Dados: 2023.03.07 09:59:00 -03'00' Rodrigo Campos Machado Superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional Carla Aparecida de Souza Carvalho:2810901 Assinado de forma digital por Carla Aparecida de Souza Carvalho:2810901 Dados: 2023.03.07 10:06:44 -03'00' Carla Aparecida de Souza Carvalho Superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional												
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:05599094000180 Assinado de forma digital por DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:05599094000180 Dados: 2023.03.30 16:03:40 -03'00'												
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO DEMONSTRATIVO TITULAR DO ÓRGÃO												

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:05599094000180

Assinado de forma digital por DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:05599094000180

Dados: 2023.03.30 16:03:40 -03'00'

* Conforme informação da Superintendência de Gestão de Pessoal e Saúde Ocupacional o valor total de 845 referem-se ao número total de defensores/servidores que receberam remunerações no decorrer do exercício de 2022.



PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022

j) relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no SIAFI, data e valor.

PRODENG	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS										PAGINA: 1
NFCAE78W - RFCAE782	SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA										PERIODO ATE 31/12/2022
	COMPOSICAO DE CREDITOS AUTORIZADOS										EMISSAO - DATA HORA
											02/02/2023 20:02:32
UNIDADE ORCAMENTARIA : 1441 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS											
CLASSIFICACAO				LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUcoes	CREDITO AUTORIZADO		
03.092.726.1050.0001 339000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.1099.0001 339000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.4033.0001 339000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
03.092.726.4150.0001 339000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	93.314.000,00		93.314.000,00		
				0000003	09.02.2022	REMANEJAMENTO		376.912,51			
				0000007	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000009	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000013	15.07.2022	REMANEJAMENTO		20.000,00			
				0000015	15.07.2022	REMANEJAMENTO		150.000,00			
				0000023	26.12.2022	REMANEJAMENTO		54.000,00			
									92.663.661,65		
03.092.726.4150.0001 339000 60 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	980.000,00		980.000,00		
03.092.726.4150.0001 339100 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	180.000,00		180.000,00		
				0000004	09.02.2022	REMANEJAMENTO		376.912,51			
				0000008	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000010	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000014	15.07.2022	REMANEJAMENTO		20.000,00			
				0000016	15.07.2022	REMANEJAMENTO		150.000,00			
				0000024	26.12.2022	REMANEJAMENTO		54.000,00			
									830.338,35		
03.092.726.4150.0001 449000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	9.740.000,00		9.740.000,00		
03.092.726.4193.0001 319000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	426.362.058,00		426.362.058,00		
				0000017	30.11.2022	REMANEJAMENTO		10.650.000,00			
				0000021	22.12.2022	REMANEJAMENTO		2.387,57			
				0000029	27.12.2022	REMANEJAMENTO		2.271,87			
									415.707.398,56		
03.092.726.4193.0001 319100 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	71.773.000,00		71.773.000,00		
				0000018	30.11.2022	REMANEJAMENTO		10.650.000,00			
				0000022	22.12.2022	REMANEJAMENTO		2.387,57			
				0000030	27.12.2022	REMANEJAMENTO		2.271,87			
									82.427.659,44		
03.092.726.4193.0001 339000 10 7 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	17.100.000,00		17.100.000,00		
03.128.726.2068.0001 339000 10 1 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	400.000,00		400.000,00		
				0000005	15.03.2022	REMANEJAMENTO		1.049,34			
				0000011	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000026	27.12.2022	REMANEJAMENTO		17.161,75			
				0000028	27.12.2022	REMANEJAMENTO		686,47			
									386.085,96		
03.128.726.2068.0001 339100 10 1 0				0000006	15.03.2022	REMANEJAMENTO		7.049,34			
				0000012	16.05.2022	REMANEJAMENTO		24.712,92			
				0000025	27.12.2022	REMANEJAMENTO		17.161,75			
				0000027	27.12.2022	REMANEJAMENTO		686,47			
									13.914,04		
09.272.705.7006.0001 319000 42 5 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	69.616.834,00		69.616.834,00		
09.272.705.7006.0001 319000 43 5 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	49.569.944,00		49.569.944,00		
09.272.705.7006.0001 319000 58 5 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	11.813.222,00		11.813.222,00		
				0000001	26.01.2022	REMANEJAMENTO		341.018,47			
				0000019	30.11.2022	REMANEJAMENTO		36.800,00			
									11.435.403,53		
09.272.705.7006.0001 319100 58 5 0				0000002	26.01.2022	REMANEJAMENTO		341.018,47			
				0000020	30.11.2022	REMANEJAMENTO		36.800,00			
									377.818,47		
28.846.705.7004.0001 319000 10 9 0				0123456	13.01.2022	INICIAL	1.000,00		1.000,00		
									1.000,00		
TOTAL DA UNIDADE ORCAMENTARIA							762.585.484,74	11.732.426,74	750.853.058,00		



- A relação dos decretos de abertura de créditos iniciais e as movimentações de remanejamentos do exercício de 2022, encontram-se demonstradas no Relatório RFCAE 782, anteriormente, sob o título: COMPOSIÇÃO DE CRÉDITOS AUTORIZADOS.
- No exercício de 2022 não houve suplementação de créditos.

k) informações relativas a execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

Elem/ Item	Descrição	2020	2021	2022	VARIAÇÃO (%)	
					2022/2020	2022/2021
92-01/03	DEA de Folha de Pessoal	31.416.939,45	17.905.619,19	11.854.305,36	-62%	-34%
92-02	DEA de Despesas Correntes	257.188,50	264.570,39	34.879,12	-86%	-87%
TOTAIS (R\$)		31.674.127,95	18.170.189,58	11.889.184,48	-62%	-35%

- A verba de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA se refere às dívidas reconhecidas para as quais não houve inscrição em Restos a Pagar, mas que consignava crédito próprio e que podem ser pagas à conta de dotação específica, conforme consta o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.
- Na planilha acima, encontram-se consolidados os valores totais dessa verba e demonstram uma evolução favorável em comparação aos dois últimos exercícios. Quando, em 2022, a Defensoria Pública conseguiu a redução média de quase 50% comparado aos totais daqueles dois anos. Indicando melhor eficiência no planejamento do fluxo das despesas e no controle desses processos. Na sequência, deduz-se a gradativa diminuição de registros de empenhos e valores se comparados aos totais apurados nos dois próximos exercícios. Bem como, a representação dos percentuais no paralelo entre o exercício de 2022 e os anteriores, evidenciando a última conclusão.
- Como ocorrido nos anos anteriores, o montante mais representativo desse elemento, permanece na rubrica de gastos com pessoal, ainda que houvesse retrocessos contínuos. Observa-se os decrescimentos de R\$ 19.562.634,09 (-



62%) para o ano de 2020 e de R\$ 6.051.313,83 (-34%) para o ano de 2021. Exponencialmente, a maior representação de variação percentual esteve no item de despesas correntes, elemento/item 92-02, comparativamente, dos dois últimos anos com o exercício de 2022 se manteve na porcentagem média de 86,5 negativos. Equivalentes a uma redução média de duzentos e vinte e seis mil reais em 2022. Compele-se disto, a efetividade na gestão da despesa com o fim de se preservar os objetivos orçamentários e financeiros desta Defensoria Pública.

- Dos valores da rubrica de DEA, consolidadas na planilha acima, a discriminação dos registros dos empenhos, credores e valores encontram-se representadas pelas Planilhas 01 e 02. Enquanto na planilha 01 listam por empenhos e justificativas em geral de todos os itens dessa verba, na planilha 02 estão discriminados os valores mensais e por fontes de recursos da DEA relativas à folha de pessoal.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO 2022

DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - DEA

Exercício: 2022

Planilha 01

Unid. Exec.	Proj/ Ativ.	Credor	Empenho	Valor Desp. Empenhada	Elem/ Item	Re	Proc.	Justificativa
1440003	4193	FOLHA DE PAGTO DE PESSOAL	12	11.313.109,36	9201	10	1	Segue detalhamento em planilha anexa (nº2). Frizando que do montante de R\$ 11.313.109,36, os registros no empenho nº 12/2022, correspondetes a 94% daquele valor, são pagamentos de indenização de férias, ancorada na Lei Complementar nº 141/2016.
1440003	7006	FOLHA APOSENTADOS	22	185.811,17	9201	42	5	
1440003	7006	FOLHA APOSENTADOS	28	339.385,91	9201	58	5	
1440003	4193	FOLHA DE PAGTO DE PESSOAL	15	15.117,37	9203	10	1	
1440003	7006	FOLHA APOSENTADOS	24	61,60	9203	10	1	
1440003	7006	FOLHA APOSENTADOS	26	819,95	9203	58	5	
Subtotal (R\$)				11.854.305,36				
1440011	4150	ACOM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	48	17.470,84	9202	10	1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	4150	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	50	497,96	9202	10	1	Contrato de locação com início no final do exercício de 2021 e fatura com entrada na Diretoria de Contabilidade e Finanças em 04/01/2022.
1440011	4150	CONDOMINIO DIAMOND WORK CENTER	49	1.368,00	9202	10	1	Saldo não reforçado devido a alta demanda de tramitação de processos no mês de dezembro/2022.
1440011	4150	CONDOMINIO EDIFICIO ENTERPRISE	51	2.011,76	9202	10	1	
1440011	4150	FILIPE NACLE GANNAM	52	80,00	9202	10	1	
1440011	4150	HL SOLUCOES TERMICAS E COMERCIO EIRELI - ME	34	1.679,75	9202	10	1	Impossibilidade de reforço do empenho em razão da situação de credenciamento irregular do credor.
1440011	4150	HL SOLUCOES TERMICAS E COMERCIO EIRELI - ME	149	4.143,76	9202	10	1	
1440011	4150	LAERTE RIBEIRO JUNIOR	296	7.627,05	9202	10	1	Impossibilidade de reforço do empenho devido ao falecimento do credor e demora na tramitação do inventário.
Subtotal (R\$)				34.879,12				
TOTAL (R\$)				11.889.184,48				

Fonte: Armazém de Informações - B.O. - Prodemge, consulta em 04 abr 2023.



DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR - DEA

FOLHA DE PESSOAL - EXERCÍCIO DE 2022

MÊS		CLASSIFICAÇÃO	VALORES ATIVOS		VALORES INATIVOS		VERBAS
			FONTE 10.1	FONTE 42.5	FONTE 43.5		
JANEIRO	DEA		R\$ 16.949,71	R\$ 4.180,59		As Despesas lançadas no elemento 92.01 / 92.03, referente a folha de pessoal (Servidor e Patronal), são verbas especificadas no "Resumo da Folha Analítica" (SGPSO) - Ativo e Inativo com as seguintes descrições:	
FEVEREIRO			R\$ 2.540.286,76				
MARÇO			R\$ 1.227.567,32	R\$ 733,12	R\$ 11,73		
ABRIL			R\$ 3.192.722,81				
MAIO			R\$ 1.703.232,98			• Despesas acumulativas de exercício anterior - Acertos; • Vencimentos deixados de exercício anterior - OPE - Espólios; • Indenização – Férias Prêmio-FP; • RRA - Rendimentos Recebidos Acumuladamente; • Atrasos de Exercício Anterior; • Indenização de Férias Regulamentares, em consonância com a Lei Complementar 141/2016; • Ressaltamos que os referidos valores estão presentes no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do Exercício de 2021.	
JUNHO			R\$ 605.526,65				
JULHO			R\$ 106.625,82				
AGOSTO			R\$ 440.814,66	R\$ 33.723,54	R\$ 310,00		
SETEMBRO			R\$ 119.448,68	R\$ 76.137,46			
OUTUBRO			R\$ 94.903,85	R\$ 53.709,37			
NOVEMBRO			R\$ 657.988,81	R\$ 17.327,09	R\$ 498,22		
DEZEMBRO			R\$ 622.220,28		R\$ 339.385,91		
SUBTOTAL			R\$ 11.328.288,33	R\$ 185.811,17	R\$ 340.205,86		
TOTAL			R\$ 11.854.305,36				

Data: 04/04/2023

Elaborador: Marcelo Montai de Souza

Diretoria de Finanças, Pagamento e Contabilidade